

RENTRÉE POLÍTICA

O novo ano político, o último a anteceder as eleições legislativas de 2006, ainda não teve o seu arranque oficial, mas, pelo tom, o MpD e o PAICV já desenterraram o machado de guerra. Das outras forças políticas não se tem praticamente notícia. É a bipolarização, uma vez mais, a marcar o ritmo da disputa política em Cabo Verde.



MpD e PAICV engrossam o tom

Dos lados do MpD, partido que em Novembro elege o seu próximo líder, Ulisses Correia e Silva e Gualberto do Rosário são as figuras que mais deram nas vistas nos últimos 10 dias. Depois da Praia e Sal, Correia e Silva esteve ontem no Mindelo para apresentar a sua candidatura, enquanto Rosário, cada vez mais candidato embora ainda não assumido abertamente, esteve na mesma cidade, na passada sexta-feira, para falar dos projectos e ideias que a sua sensibilidade, Sintonia com Cabo Verde (SCV), tem para o MpD e para o país.

Em dia de casa cheia no Centro Cultural do Mindelo, Rosário anunciou a sua intenção de trabalhar no sentido de o seu grupo agir como sensibilidade claramente assumida. Avisou que pretende reformar os estatutos do partido para, entre outras novidades, fazer com que o líder do partido passe a ser eleito directamente pelos militantes, à semelhança do que acontece noutras paragens.

Olhando para o país, Rosário e os seus companheiros defendem que ao próximo líder do MpD não basta apenas conquistar o partido, mas também o país e a sociedade. O próximo líder, diz o chefe da SCV, "deverá ser um homem forte e popular, legitimado por uma votação expressiva dos delegados. Deverá dar garantia ao eleitorado na perspectiva de ganhar as legislativas de 2006 e governar bem Cabo Verde, evitando o que está a acontecer, neste momento, com o governo do PAICV".

O meeting da SCV foi aberto pelo coordenador local do MpD, João Santos, que é também vereador e nele esteve presente a autarca Isaura Gomes. Manuel Fernandes, conhecido indefectível de Gualberto do Rosário, foi quem apresentou a estrela da noite como sendo um homem que cria paixões, suscita inquietações e provoca raivas, sobretudo ao PAICV. "Foi por isso que inventaram a história dos 2 milhões de dólares e agora as dívidas com os telemóveis", afirmou.

Dos restantes candidatos é o que se sabe. Depois da aparição da Praia, Jorge Santos parece ter refreado o fôlego, não se tendo mais notícias suas depois

da sua apresentação na Praia. Agostinho Lopes, esse, já disse que só a um mês da convenção, cuja data é 26, 27 e 28 de Novembro, é que fará a apresentação pública da sua candidatura.

Portanto, dos candidatos assumidos, Ulisses Correia e Silva parece estar num "non-stop", não deixando sequer passar em branco a data do 12.º aniversário da promulgação da Constituição da República, 24 de Setembro, com um acto que pretendia ser público no salão de conferência da AN, lamentando que a data não tenha tido um melhor tratamento das autoridades nacionais. Só que, pela afluência registada, se conclui que nem os correligionários desse candidato levam a peito tão nobre tarefa.

Um outro acto que parece não ter corrido bem a esse candidato foi o do Sal. Ele e o seu apoiante Alexandre Monteiro falaram para uma assistência que não passava de duas dezenas de militantes e amigos do MpD, o que francamente é um mau desempenho para uma ilha como o Sal. Portanto, a nova prova de fogo de Correia e Silva estava agendado para ontem, no Mindelo, um terreno que para ele é uma incógnita.

A acreditar nas imagens, o melhor desempenho de Ulisses Correia e Silva centra-se, por enquanto, na forma como se tem referido ao PAICV, um partido que ele acusa de continuar fiel à sua matriz ideológica ou então, como acusou no Sal, um "partido corrupto", devido à forma como o governo negociou o projecto Murdeira, no valor de 200 milhões de euros, com a Global S.A., uma empresa privada a que estão ligados Júlio de Carvalho, Amaro da Luz e Américo Medina.

Em resumo, a entrada do governo no projecto Baía de Murdeira na ilha do Sal é uma transacção que Correia e Silva considera um "negócio entre camaradas" e já mereceu, inclusive, contestação do autarca salense, Jorge Figueiredo, que se considera desfalcado de uma parte importante do território da ilha, dado que Murdeira abrange cerca de 400 hectares de terreno.

A resposta a Ulisses Correia e Silva surgiu, esta semana, através de Rui Semedo, secretário-geral do PAICV em vias

de deixar essa função para Mário Matos, conforme noticiou **A Semana** na sua edição anterior.

Em conferência de imprensa, Semedo enumerou uma série de situações e negócios alegadamente pouco transparentes ocorridos no tempo em que aquele dirigente ventoinha se encontrava no governo, enfim, um rol de casos que vai do recente telemóvelgate à bronca do cimento, passando pelo Enacolgate e não só. E é essa teia de cumplicidades que leva o dirigente tambarina a concluir que Correia e Silva "não tem perfil para gerir os negócios do Estado e defender o interesse público".

Ao reagir desta forma Rui Semedo quis avisar os adversários do seu partido que o PAICV não vai ser "tambo" nem "saco de pancada" de quem quer que seja. Segundo ele, com o aproximar da convenção do MpD os candidatos desse partido parecem ter-se dado conta que a melhor forma de conquistar as bases é "malhar no PAICV".

"Não queríamos entrar nesta disputa por entender que este é um assunto que apenas diz respeito aos militantes do MpD. Mas não vamos admitir que, para conquistar as bases, os candidatos à liderança do MpD venham eleger o PAICV como tambo", adverte Rui Semedo, para quem, querendo ou não, a nova temporada política praticamente acaba de começar.

Ainda da parte do PAICV, o seu presidente José Maria Neves encerrou no último fim-de-semana a conferência do sector daquele partido em São Vicente. Esta elegeu João do Carmo como o novo responsável tambarina na ilha, tendo com ele uma equipa bastante renovada e da qual não faz parte nenhum dos "históricos". O psicólogo Jorge Tiene, que foi vereador nos tempos de Onésimo Silveira e número dois da lista Modernizar São Vicente nas últimas eleições autárquicas, constitui uma das novidades da nova direcção tambarina na ilha do Montecara.

Como é de praxe nestas circunstâncias, a ocasião serviu para José Maria Neves injectar ânimo nas suas hostes. Segundo ele, "é um dever moral e políti-

co o PAICV ganhar as próximas eleições legislativas". Isto porque foi com o governo do PAICV que Cabo Verde recuperou a sua imagem externa, estabilizou a situação macro-económica e está em condições de iniciar uma nova largada. "Mas esta nova largada não será com o MpD, que afundou o país com a sua governação até ao ano de 2000", advertiu.

JMN aproveitou o encontro para anunciar algumas medidas a tomar pelo seu governo, com destaque para o aumento, a partir de 1 de Janeiro, da pensão social mínima que salta de mil e 300 escudos para 3 mil escudos, bem como projecto esperança destinado à habitação dos sectores mais carenciados do país. "Vamos incluir no Orçamento de Estado do próximo ano uma verba de 120 mil contos para apoiar os carenciados na construção da sua habitação", fez saber.

QUEM MOBILIZA OS JOTAS

Além dos cotas, os jotas dos dois maiores partidos também deram nas vistas nas duas últimas semanas, mais uma vez, em São Vicente. Com vista à sua participação na convenção do JPD, que decorre dentro de dias na Praia, cerca de 250 delegados elegeram Imerson Silva como o seu novo coordenador naquela ilha.

A juventude também é uma das tarefas imediatas do novo responsável do PAICV em São Vicente. João do Carmo, que acaba de deixar a estrutura da juventude tambarina, já elegeu a mobilização dessa camada como um dos seus grandes desafios. "Vamos convocar, brevemente, a assembleia concelhia da JPAI para a eleição de novos dirigentes. O encontro decorrerá no Éden-Park, para onde prevemos levar pelo menos 500 jovens das zonas e estruturas de base de São Vicente".

Afinal, como reconhece o próprio João do Carmo, São Vicente é uma "polis" da juventude de várias ilhas do país. A sua mobilização é algo que não escapa a nenhuma força política. E muito menos ao PAICV, como deixa a entender.

UCID adia congresso

O Conselho Nacional da UCID vai estar reunido nos dias 9 e 10 de Outubro, no Mindelo, para, entre outros assuntos, decidir o adiamento do seu congresso ordinário e dotar o partido de uma nova direcção provisória. Esta será comandada por Lídio Silva, que terá como tarefa principal preparar os cristãos-democratas para as eleições gerais de 2006.

A decisão foi tomada num encontro de quadros, que reuniu, no passado dia 26, na Praia, a Comissão Política e o presidente do Conselho Nacional, António Monteiro. A proposta será, no entanto, validada na próxima sessão do CN, agendada para os dias 9 e 10 de Outubro, em S. Vicente.

O secretário executivo cessante, Osvaldino Andrade, justifica que a decisão de adiar o congresso do partido para depois das legislativas de 2006, tem a ver com a falta de recursos financeiros para realizar tal evento, que estava previsto para acontecer em Setembro deste ano.

Andrade garante que vai ser também apresentada à reunião do Mindelo uma proposta no sentido de dotar o partido de uma direcção provisória, uma vez que a actual equipa dirigente, chefiada por Manuel Rodrigues, já expirou o seu mandato. "Essa direcção nacional provisória será presidida por Lídio Silva e terá como missão fundamental conduzir o partido até depois das legislativas de 2006".

A novel DN vai ter como vice-presidente o economis-

ta António Silva, residente em Holanda. Este terá como tarefa principal assumir a coordenação política das estruturas da UCID na Europa, com destaque para as regiões de Holanda, Portugal, Espanha e Bélgica. A futura direcção nacional deverá ainda integrar membros das estruturas regionais de Santiago e S. Vicente.

Mas a reorganização dos cristãos-democratas não ficará por aí. Orlando Medina poderá ser chamado a ocupar o cargo de responsável da UCID para a região dos EUA e do Canadá. A nova CP a ser comanda por Lídio Silva vai ainda apostar na redinamização das estruturas do Maio e dos Mosteiros, onde, conforme a nossa fonte, o partido tem alguma possibilidade de aumentar o seu número de eleitores.

Osvaldino Andrade destaca que a actual estratégia da UCID passará pela constituição de uma bancada na Assembleia Nacional, a partir das eleições de 2006. "Vamos trabalhar para consolidar e aumentar os resultados eleitorais que conseguimos nas autárquicas em S. Vicente e eleger ali entre dois e três deputados nas legislativas de



2006. *Perspectivamos também eleger pelo menos um deputado na Praia e outros dois nos círculos da emigração da Europa e dos EUA*".

Economista de profissão, Lídio Silva foi um dos presidentes históricos e fundadores da UCID. Actualmente é deputado e líder da bancada do seu partido, constituída por três eleitos, na Assembleia Municipal de S. Vicente.

ADP

Sexta-feira, 1 de Outubro de 2004

Agenda Política

Sal Natural Iodado

O nosso Sal natural é extraído da cratera do extinto vulcão de Pedra de Lume, é famoso pela sua excelente qualidade e pelo sabor condimentado que lhe é peculiar.



PRODUZIMOS E COMERCIALIZAMOS

SAL ALIMENTAR IODADO

Sal Fino - SACOS de 1 e de 25 KG

Sais Grosso - Sacos de 1KG

SAL PRODUTOS DE BELEZA

Sais de Banho . Relax, Tónico e Ervas

Sais para Scrub

Producto Certificado nos Termos do Decreto Lev N° 24/2002 de 16/09/02



C.P. 73 - PEDRA DE LUME - ILHA DO SAL - CABO VERDE
Tel.: 238 2 41 15 65 - Fax: 238 2 41 17 10 - E-amil: salinasplume@cvtelecom.cv

CABO-VERDIANO EM LISBOA DENUNCIA

“FUI VÍTIMA DE RACISMO”

A carreira profissional de Abailardo Borges (Magay) foi boicotada nos CTT, em Lisboa. O cabo-verdiano que sonhava ser Arquitecto, lutou durante 20 anos contra o racismo e o preconceito, e só descansou quando a empresa chegou ao banco dos réus.

Sexta-feira, 1 de Outubro de 2004

Magay, como é conhecido Abailardo Borges, nasceu na cidade da Praia, Santiago. No Verão de 1973 chegou a Portugal, onde frequentou com sucesso um curso ligado à Construção Civil. E, quando se prepara para regressar a Cabo Verde, tem conhecimento que os Correios (CTT) estão a admitir pessoal. Corria o ano de 1974. Magay concorre e é admitido. “O destino trocou-me as voltas. Acabei por ficar”, revela.

É então que a odisseia começa, lentamente, entre colegas e supervisores do trabalho, que não conseguem aceitar a diferença. “Fazia confusão um africano por ali”, esclarece.

Magay trabalha como carteiro, com afinco. Os seus 18 anos, e os sonhos próprios da idade, dão-lhe força e a ambição necessária para desejar mais e melhor dentro da empresa. E quando tinha conhecimento dos concursos internos, Magay concorria.

Talvez não se tenha surpreendido pelo fracasso das primeiras tentativas. Mas a verdade é que a desgraça repetiu-se vezes sem conta. Recorda que “passava nos preliminares mas chumbava sempre nos Psicotécnicos. Para mim, o sistema já estava viciado”. Magay encontrava sempre o mesmo resultado: “Apto com alguma reserva”.

Face a tantas coincidências infelizes, Magay decide frequentar o curso de Equipamento, Decoração e Mobiliário, na Escola António Arroio. Durante cinco anos

vive dividido entre a Escola e o local de trabalho, mas “não era bem visto pela maioria”. Tanto que, “no último ano do curso foi tudo muito complicado. Tive o chefe sempre ali, sem descanso, mesmo por maldade”, desabafa.

Mas a determinação e a força de vontade que o caracterizam fazem com que chegue à meta final. Magay termina o curso, respira fundo e não desiste de procurar um lugar ao sol, agora mais habilitado. No entanto, a história continua.

ENFRENTAR O TOURO

A luta também continua e este cabo-verdiano não baixa os braços. A primeira reclamação surge em 1982. Seguem-se várias exposições dirigidas ao director dos Correios e elabora ofícios que faz chegar às mãos do director dos Recursos Humanos, em vão. O tempo passa e o máximo que consegue é a sua integração na equipa de desenhadores, mas mantém o salário de Carteiro. Mais uma vez, Magay não se conforma.

Pede o apoio da Associação SOS Racismo. O Presidente, José Falcão, apresenta-lhe um Jornalista do Jornal de Notícias e o seu caso é tornado público em 1999. Magay conta que “o país ficou a saber do que se passava. Já não tinha nada a perder, por isso enfrentei o touro”.

Ainda assim, a situação continua sem resolução. E tudo piora quando “é retirada da sala dos desenhadores e volta a exercer funções de Carteiro. Aí foram contra o regulamento, tal como aconteceu por tantas outras vezes”, frisa.

Os anos passam enquanto Magay luta desesperadamente. Concorre a mais de uma dúzia de cursos, sem sucesso. Escreve ao Alto-Comissário para as Minorias Étnicas, comunica a situação ao Sindicato Nacional dos Trabalhadores dos Correios, mas a empresa (CTT) não reage às solicitações.

Procura de seguida o Advogado Adriano Malalane, que o encaminha para a Deputada Celeste Correia, da Comissão dos Direitos do Cidadão. E, depois, o último recurso foi mesmo a Inspeção-Geral do Trabalho. Magay vê, finalmente, uma luz no fundo do túnel.

O caso é levado às barras do Tribunal e a empresa chega ao banco dos réus. “Tiveram que reconhecer o que se passou durante duas décadas”. As palavras saem pausadamente, acompanhadas pelos gestos das mãos, contidos.

O desfecho feliz da história de Magay acontece em 2002. Precisamente 20 anos depois da primeira reclamação, elaborada em 1982. “Aguntei muita coisa. Fui cla-

ramente perseguido”, desabafa.

Magay revela a **A Semana** que o seu caso não é único. Explica que com o passar do tempo viu vários colegas abandonarem os CTT, e outros que se mantêm na empresa mas desistiram de lutar. “Não é fácil. A maioria tem medo de represálias. Eu fui o único que decidi ir em frente, pois acreditei sempre que a razão estava do meu lado”.

Hoje em dia, com um ordenado base de 1.184 Euros, a categoria de Técnico de Representação Audiovisual e os seus 30 anos de serviço, Abailardo Borges, é o quarto funcionário mais antigo dos CTT do edifício do Saldanha, no coração de Lisboa.

Costuma dizer que Cabo Verde é a sua mãe e, apesar de tudo, Portugal é uma boa madrastra. Fala da sua terra com saudade, mantém os laços com familiares e amigos na capital do arquipélago e lembra a sua zona, Paiol, com um carinho particular.

Quanto aos motivos da sua luta, ele responde assim: “Não guardo rancor. Já passou. Mas marca. Foram 20 anos”.

CONCEIÇÃO QUEIROZ



Músicos cantam solidariedade com São Tomé

O anfiteatro da Assembleia Nacional recebe, amanhã, um espectáculo que, para além de música, é uma oportunidade para o público praiense participar numa boa causa: a solidariedade com a diáspora cabo-verdiana em São Tomé e Príncipe. O espectáculo, que reúne vozes como o Ildo Lobo e Terezinha Araújo, é mais uma actividade, promovidas pela sociedade civil, em prol dos nossos patrícios naquele país do Equador.

Ainda muito pode ser feito para levar solidariedade e melhores condições de vida aos cabo-verdianos residentes em São Tomé e Príncipe. Poucos dias depois de iniciada a campanha, diz um elemento ligado à essa iniciativa, Eugénia Barbosa, que os resultados até agora são bons. Mais do que aquilo que foi recolhido até agora, chama a atenção para o envolvimento das pessoas.

Segundo Barbosa, há um núcleo duro que trata as questões burocráticas. Mas “há muito mais gente envolvida”. E dá como exemplo o espectáculo de amanhã, que conta com um grupo significativo de pessoas a venderem os bilhetes.

É verdade que nem tudo foi vendido, mas Eugénia Barbosa espera casa cheia, pela boa música e pelos cabo-verdianos que precisam de um pouco de solidariedade em São Tomé e Príncipe.

Mas não só de espectáculos é feita a campanha. É assim que a solidariedade com São Tomé e Príncipe vai tomando conta das ruas, bate à porta das pessoas, entra pelos telefones, chega às instituições e redobra-se em cartas, telefonemas, e multiplica-se em urnas nas casas comerciais, restaurantes, tendas estrategicamente montadas em locais públicos. Dentre elas a linha telefónica 155, em que cada chamada significa uma doação de 100 escudos, as urnas para receber donativos em casas comerciais e restaurantes e as duas tendas de recolha, uma no Platô e outra no Palmarejo. Eugénia Barbosa diz, em relação às tendas em particular, que “esta actividade não seria possível sem o grande apoio das Forças Armadas, que assumiram essa vertente da campanha”.

Fazendo uma avaliação positiva de cada actividade, in-

cluindo a conta telefónica, Barbosa não quer por enquanto fazer contas. “Ainda é muito cedo”, diz, sobretudo porque há empresas que estão “no processo burocrático para avançar com o seu depósito”.

Se internamente a campanha vai dando os seus resultados, boas novas vêm chegando também da diáspora. Nos Estados Unidos da América, e através de uma antena da organização, a comunidade está a ser sensibilizada. O resultado é já uma recolha significativa de vestuário e dinheiro. Aos EUA segue-se, o Senegal, onde já decorre a recolha de donativos junto dos nossos compatriotas para os seus irmãos de São Tomé e Príncipe.

Segundo Eugénia Barbosa, tendo em conta esses dois exemplos, pretende-se levar a campanha a outros países onde existem cabo-verdianos. Para isso os organizadores estão a mandar informações para os consulados honorários de Cabo Verde procurando sensibilizá-los para esta corrente de solidariedade. Os cabo-verdianos de São Tomé e Príncipe agradecem.

SÃO FILIPE

Parcerias activas

A visita de quatro dias do presidente da Câmara de São Filipe à Portugal, no quadro da cooperação com Viseu e para assistir a escritura pública de constituição da Grande Área Metropolitana, resultou claramente positiva para o município. Eugénio Veiga fala em parcerias activas e no reavivar dos apoios para a infra-estruturação do seu município.

“Foi muito positivo porque os dois actos foram de especial interesse para São Filipe, mas também porque houve um reavivar de apoios para realizar infra-estruturas no município. Destaco os vários projectos na área de desporto apresentados por São Filipe, que tiveram um bom acolhimento”, ilustra o autarca, assegurando que, dentre em breve, São Filipe estará dotado de um conjunto de infra-estruturas desportivas com excelentes qualidades, designadamente piso sintético, electrificados, entre outros.

Estes são, em suma, os resultados mais visíveis dos contactos de Eugénio Veiga com alguns municípios irmãos de São Filipe em Portugal e que proporcionaram ao edil cabo-verdiano a oportunidade de apresentar e consolidar algumas das suas ideias de parceria e desenvolvimento entre os municípios cabo-verdianos e portuguesas. “A nossa estada em Portugal aconteceu no quadro da cooperação São Filipe/Viseu, por altura da celebração do dia do município, 18 de Setembro, mas também tive oportunidade de participar na escritura pública da constituição da Grande Área Metropolitana de Viseu, que integra 21 municípios semelhantes num ambicioso projecto de desenvolvimento integrado”. CP

A campanha agrícola deste ano poderá ficar comprometida. Segundo o boletim Azágua, do Ministério da Agricultura, a recente vaga de chuva que atingiu o arquipélago não teve impacto significativo nas culturas das zonas mais baixas e quentes das ilhas agrícolas, onde o elevado stress hídrico do milho e feijão é irreversível. Precavendo o pior, as câmaras municipais começam a apresentar ao governo o seu plano de emergência para pôr cobro a uma eventual crise agrícola.



Ano agrícola em risco

A campanha agrícola deste ano está no assim-assim. Segundo o boletim Azágua, do Ministério da Agricultura, as recentes chuvas vieram dar um novo alento às culturas nas zonas semi-húmidas e húmidas. Mas, salienta o documento, nas zonas áridas, essas precipitações tiveram pouco ou mesmo nenhum impacto no desenvolvimento das culturas, dado o avançado stress hídrico do milho e do feijão.

Assim, o Azágua acrescenta, devido à pouca chuva as culturas estão a murchar, havendo casos, as zonas mais baixas das ilhas agrícolas, onde a situação é mesmo irreversível. É o que acontece neste momento na zona intermédia do concelho de São Miguel. Aqui, segundo o boletim Azágua, o milho e o feijão “apresentam um fraco desenvolvimento e mau vigor vegetativo, em alguns casos irreversíveis”.

Nas localidades de Achada Grande, Entre-Picos-de-Reda, Palha Carga,

Mancholi e Mato Baixo, do concelho de Santa Catarina, foram registadas perdas de culturas em pelo menos 75 por cento da área cultivada. Acrescenta o Azágua que em Santa Cruz o acentuado stress hídrico das culturas do milho e do feijão, tem-se revelado também irreversível, sobretudo no litoral. As zonas baixas dos concelhos do Tarrafal e de São Domingos não fogem a essa regra, apresentando culturas em estado degradante.

A seca não atinge apenas a ilha de Santiago. De acordo com o boletim do Ministério das Agricultura, na parte baixa do concelho dos Mosteiros, no Fogo, o prolongado stress hídrico obriga um fraco vigor vegetativo das culturas e perdas em Queimada Guincho, Igreja e Fajãzinha. Em São Filipe, o cenário é péssimo, sobretudo em Campanas e Ponta Verde - aqui, aliás, vai-se na terceira sementeira.

Nas localidades de Chã de Igreja,

Cruzinha e Mocho, em Ribeira Grande, Santo Antão, o milho começa a murchar, sucedendo o mesmo nas zonas semi-áridas do concelho do Porto Novo.

Entretanto, o boletim Azágua ressalva que o cenário não é assim tão desolador nas regiões mais altas do país. Nos Picos, por exemplo, o milho apresenta já 9 a 13 folhas estando no início da fase de floração. O cenário repete-se nas zonas altas de todas as ilhas agrícolas - Fogo, Santo Antão, São Nicolau e Brava.

E, precavendo-se, de uma eventual crise agrícola algumas câmaras municipais já elaboraram o seu plano de emergência para as zonas rurais dos seus concelhos para apresentar ao governo. Aliás, a Câmara Municipal da Ribeira Grande o fez há um mês, está nas mãos do Governo. Mosteiros e Brava deverão apresentar o seu Plano de emergência ao executivo nos primeiros dias de Outubro.

REFORMA DA SEGURANÇA SOCIAL

Governo e Sindicatos mantêm braço-de-ferro

Terminada a fase de informar e auscultar os dirigentes, delegados e activistas sindicais, a UNTC-CS promove desde ontem, quinta-feira, encontros com os trabalhadores de todo o país nos seus locais de trabalho, para explicar-lhes as alterações ao regime de segurança social suscitadas pelo decreto-lei nº5/2004 e recolher sugestões quanto às formas de luta a adoptar para pressionar o governo e levá-lo a recuar nas restições que impôs aos segurados da Previdência Social.

Júlio Ascensão Silva avança com a possibilidade de manifestações, greves e protestos junto de organizações inter-

nacionais ligadas ao trabalho, mas espera que a próxima reunião de Concertação Social, que deverá acontecer agora em Outubro, traga boas novidades para os sindicatos e os trabalhadores que representam, evitando assim que tenham que utilizar qualquer um desses cenários.

Foi uma semana cheia para a UNTC-CS que reuniu os seus dirigentes, delegados e activistas das ilhas de Santiago, Sal e São Vicente. Os encontros foram essencialmente informativos, mas também de auscultação. Agora e nos próximos dias, de acordo com Ascensão Sil-

va, esses líderes sindicais têm a responsabilidade de levar a notícia a todos os trabalhadores, nos seus locais de trabalho. “Já temos várias sugestões que nos foram avançadas pelos dirigentes e activistas sindicais, que também são trabalhadores. Vamos agora recolher as ideias dos trabalhadores e sintetizar a nossa posição, sobretudo porque, pelas declarações do ministro do Trabalho, o governo pretende manter-se firme”.

Quem ainda não se manifestou relativamente às alterações a lei de Segurança Social é a CCSL. Carlos Pereira - substituí José Manuel Vaz que se encontra em

formação em Turim, Itália -, lá para a próxima semana a confederação poderá tornar pública a sua leitura do decreto. Enquanto isso, a SIACSA, sindicato filiado na CCSL, anunciou que recorrerá à greve geral para obrigar o governo a preservar os direitos adquiridos dos trabalhadores. É a luta sindical a agudizar-se em Cabo Verde, onde o consenso entre sindicatos, trabalhadores e governo se desenha cada vez mais difícil, apesar de muitos observadores ligados ao mundo laboral acreditarem que tudo vai acabar bem.

Constância de Pina

METALCAVE

Direito de resposta

Direito de resposta a propósito do artigo "Metalcave de portas fechadas" da responsabilidade da "jornalista" Constância de Pina, saído no Jornal a Semana datado de 17/09/2004.

Antes de entrar na análise do artigo propriamente dito, pretendemos tecer os seguintes comentários. O Sócio-Gerente da Metalcave não se chama Daniel Monteiro, mas sim, Daniel Delgado, começando por aí a ignorância da jornalista que não se preocupou sequer em saber o nome do responsável da empresa. Por outro lado, dizer que a Metalcave foi privatizada em Outubro de 1995 e entrou em funcionamento em 1 de Janeiro de 1996, não sendo responsável pela gestão da empresa anterior a esta data. Logo no primeiro ano, situações imprevisíveis, nomeadamente, abandono do projecto pelos restantes sócios, corrupção em concursos públicos que prejudicaram a empresa e a rescisão de um contrato, colocou a empresa numa situação de quase falência técnica.

Mesmo assim, assumimos integralmente a gestão da empresa em 1997, pois, tinha sido o principal promotor do projecto e dos poucos cidadãos nacionais que tiveram a ousadia de comprar uma empresa durante o processo privatizações, porque entendemos que para o país se desenvolver precisa de produzir. Portanto, quem me conhece sabe que Daniel Delgado tem competência e capacidade de gestão, tendo dado provas em todas as organizações onde tem passado e portanto, não é homem de fugir às suas responsabilidades.

Após esta breve introdução, pretendemos demonstrar que o artigo tem como motivação a difamação, pura má-fé e apenas atingir a honra do signatário e da empresa, pelos seguintes motivos:

1. A Metalcave não está de portas fechadas, mas sim, encerrou durante o mês de Setembro para férias, decisão tomada em reunião com os trabalhadores, incluindo a participação do guarda que agora faz estas denúncias, tendo ficado na empresa três guardas como é normal.

2. Não há qualquer processo de execução judicial contra a empresa por parte de instituições financeiras, tanto quanto, é do nosso conhecimento.

3. O Director não "se evaporou nem se pôs em fuga do país" encontrando-se simplesmente de férias como os restantes trabalhadores.

4. Que a empresa tem sido transparente com os trabalhadores e o sindicato, tendo informado o responsável do Simetec que não pretendemos encerrar a empresa, pelo que, só por má fé, se compreende as declarações do Sr. Antão Pio.

5. Seria de admirar se os responsáveis da CECV não ficassem atónitos com a "fuga" do director da empresa, pois, esta instituição foi a única que apoiou o projecto de aquisição da Metalcave, tem conhecimento dos seus problemas e tem mostrado compreensão pela situação.

Do que dissemos atrás se pode concluir que o artigo ou tinha como objectivos a calúnia e difamação ou houve incúria e negligência por parte da jornalista em não ter confirmado junto dos responsáveis da empresa as informações que obteve para fazer o artigo. Porque este artigo afecta grandemente a imagem da empresa e do seu responsável vamos agir judicialmente contra os seus autores.

Daniel Delgado - Sócio-Gerente

NR: Quanto ao nome do director Daniel Monteiro, temos a informar que, de facto, houve um lapso porque sabemos perfeitamente que sócio-gerente da Metalcave se chama Daniel Delgado. Quanto às motivações, a única razão da notícia foi a sua pertinência. Por outro lado, enquanto instituição que somos, não podemos ignorar informações prestadas e confirmadas por trabalhadores e sindicato, inclusive a execução judicial, pelo que estamos tranquilos e à-vontade para responder, ainda que no Tribunal.



SHANGAI TELECOM

com interesse no mercado cabo-verdiano

Antes mesmo do lançamento público do concurso internacional para a entrada de um segundo operador no serviço de telemóvel em Cabo Verde - deve acontecer ainda este ano - já "chuviscam" candidatos para o sector. O mais recente pretendente é um dos maiores operadores da China, a Shanghai Telecom (holding da Shanghai Media Group).

Às autoridades da Praia, segundo **A Semana** apurou, ainda não chegou nenhuma comunicação do grupo chinês a mostrar o seu interesse em operar no serviço móvel em Cabo Verde. Mas, de acordo com o site da empresa britânica de telecomunicações Gateway Communications e o Balancing Act (também ligado ao sector das telecomunicações), a Shanghai Telecom está disposta a tornar-se no segundo operador de telemóveis do arquipélago. E pensa também investir no mercado de televisão por assinatura (TV Cabo), cujo concurso também deve ser lançado antes do fim do ano, pelas autoridades cabo-verdianas.

Aliás, segundo o Balancing Act, que cita fontes da cidade da Praia, o operador chinês

prevê iniciar a sua actividade nas ilhas já em Dezembro próximo, "terminando, assim, com o monopólio das telecomunicações em Cabo Verde e reduzindo os preços de telefone num país que detém as mais elevadas tarifas telefónicas".

O mesmo site recorda, citando a agência noticiosa chinesa Xinhua, que o primeiro-ministro, José Maria Neves, efectuou recentemente uma visita à China, tendo se encontrado com o presidente da Câmara de Shanghai, Han Zheng. E que Neves também teria pedido aos representantes empresariais daquela cidade, maiores investimentos, sobretudo a nível da indústria pesqueira, finanças e alta tecnologia. Entretanto, o Balancing Act não confirma se o chefe do governo se avisou com os responsáveis da Shanghai Telecom, um dos mais importantes operadores chineses na área de telemóvel, televisão por assinatura e Internet.

Entretanto, o eventual interesse da operadora chinesa em operar em Cabo Verde é desconhecido pelas autoridades da Praia. Se-

gundo fontes de **A Semana** junto do Ministério das Infra-estruturas, não existe até o momento nenhuma proposta da Shanghai Telecom. "Tivemos conhecimento dessa informação através da Internet, mas formalmente nada temos. Agora, é salutar que haja interesse de empresas como a Shanghai Telecom em operar em Cabo Verde. É sinal de que o mercado está apetecível" (existem, neste momento, cerca de 50 mil usuários de telemóvel, 10% da população), refere a nossa fonte, antes de acrescentar que o concurso público para a entrada de um segundo operador no sector será lançado antes do final do ano. "Pelo que é falso que o grupo chinês esteja em vantagem, como diz o site".

Além da Shanghai Telecom, várias outras empresas já se mostraram interessadas em vir concorrer com a Cabo Verde Telecom. Ao que **A Semana** apurou, já existem propostas de empresas do Brasil, China, Senegal, África do Sul e EUA, aqui um grupo formado por crioulos e americanos.

Hermínio Silves

MARGARIDA SAGNÁ

preside Instituto de Comunicações

Engenheira Margarida Sagná, actualmente nos escritórios da União Internacional das Telecomunicações (UIT) em Dakar, vai regressar a Cabo Verde para presidir o recém-criado Instituto das Comunicações e Tecnologias de Informação (ICTI). O Conselho de Ministros já aprovou a resolução que nomeia para o cargo aquela antiga directora geral das Comunicações e dos Correios (CTT), faltando apenas a sua publicação no BO.

O governo indicou o nome de Margarida Sagná para presidir o Conselho de Administração do Instituto das Comunicações e Tecnologias de Informação, órgão que substitui a Direcção Geral das Comunicações. A resolução do Conselho de Ministros, que a nomeia, já foi aprovada, assim como a que indica como administradores do ICTI o ac-

tual director geral das Comunicações, David Gomes, e Carlos Silva, antigo director dos Correios. A tomada de posse, entretanto, aguarda a publicação no Boletim Oficial, da resolução do executivo, o que deve acontecer nos próximos dias.

Margarida Sagná regressa, assim, a Cabo Verde para dirigir um sector que conhece muito bem. Basta dizer que aquela engenheira foi a primeira directora geral das Comunicações e que também dirigiu, por muitos anos, a ex-empresa de Correios, Telégrafos e Telefones (ex-CTT). Está em Dakar desde 1998, integrando a equipa da União Internacional das Telecomunicações responsável pelo sector na região ocidental africana.

De acordo com fontes deste jornal, a experiência acumulada por Margarida Sag-

ná pesou bastante na escolha do governo, que pretende imprimir um novo impulso ao sector das telecomunicações e tecnologias de informação. O primeiro passo nesse sentido foi dado em Março, com a criação do ICTI, a substituir a Direcção Geral das Comunicações, extinta em Fevereiro deste ano - a DGC vem funcionando normalmente, enquanto aguarda a tomada de posse do CA do Instituto.

O ICTI, refira-se, tem por finalidade não só regular, supervisionar e regulamentar o sector das Comunicações como fazer desenvolver as tecnologias de informação e comunicação no arquipélago. Compete ainda ao Instituto apoiar o governo a coordenar e a planear o sector das comunicações, até agora sob a responsabilidade da DGC. HS

Depois de mais de uma década de inactividade, as salinas de Pedra de Lume voltam a produzir sal da melhor qualidade. Há cinco anos sob a direcção da Turinvest Holding, empresa do grupo Stefanina, Pedra de Lume produz uma média anual de mil toneladas de sal, abastecendo todo Cabo Verde. Quem o diz é o consultor na área de investimentos e um dos responsáveis pela gestão das salinas, Humberto Lelis.



Há vida nas Salinas de Pedra de Lume

Mas como todo projecto “ambientoso”, a intenção da empresa é de um dia exportar para outros cantos do mundo o sal que, na opinião de Humberto Lelis, é de qualidade superior. “O sal de Pedra de Lume possui características peculiares, deve ser o único no mundo verdadeiramente condimentado, é um sal que tem gosto...”, enfatiza.

Entretanto, as Salinas de Pedra de Lume não ficam apenas pela produção do sal como dá a conhecer o seu responsável. Uma linha de outros produtos dele derivados, como sal de banho, estão em desenvolvimento. “Algumas amostras já foram enviadas para os mercados português e italiano”, diz Lelis. “Temos obtido feedbacks encorajadores de pessoas interessadas em comprar os nossos produtos, especificamente o sal para tratamento da pele”.

Além do aspecto financeiro, aquela fonte destaca a componente social do empreendimento, sendo importante para a Turinvest Holding “encontrar solução para as centenas de família que habitam a zona de Pedra de Lume”, sendo que o próprio Humberto Lelis é um “filho” da localidade. Actualmente, a maioria dos cerca de 50 funcionários empregues nas salinas são oriundos daquela localidade e o número tende a aumentar, de acordo em períodos de maior encomenda.

QUALIDADE X CONCORRÊNCIA

As Salinas de Pedra de Lume são hoje, segundo Humberto Lelis, o único fabricante de sal mineral que segue todos os requisitos exigidos pela lei que saiu em Setembro de 2002, e começou a

ter aplicação a partir de Março de 2003, para a respectiva comercialização. A lei obriga a que as empresas sigam critérios ligados à qualidade, higiene, embalagem, etc. “Nós neste momento já reunimos todas as condições de certificação do sal que comercializamos a nível do território nacional”, frisa.

Lelis chama a atenção para que esses requisitos legais sejam efectivamente cumpridos, pois não tem certeza quanto à fiscalização dessa actividade nas outras ilhas. No caso de Pedra de Lume, garante, as condições naturais favorecem a qualidade desse mineral, pois este nasce nas crateras de um vulcão e as paredes deste o protegem dos agentes nocivos à sua pureza. O que não acontece, por exemplo, com o sal produzido na vizinha Santa Maria, ou na ilha do Maio, onde, frisa aquele responsável, o citado mineral está localizado em zonas de areia, sendo por isso quase impossível evitar a mistura do produto com esse tipo de inerte. “Isso não acontece aqui, o sal é natural e o processo de cristalização dá garantia total de higiene no seu tratamento”, defende.

E porque toda a fruta tem caroço, a empresa que explora Pedra de Lume teve e tem que enfrentar algumas dificuldades, nomeadamente, a “concorrência desleal” de produtos vindos do exterior, sem “qualidade nenhuma”, acusa Humberto Lelis. Mas essa dificuldade parece agora estar ultrapassada.

Porém, uma outra dificuldade bem actual e que tem prejudicado as Salinas de Pedra de Lume, de acordo com outro responsável, Benvindo Lelis, são as ligações marítimas para as outras ilhas. O

director-geral conta que a empresa tem em mãos encomendas na ordem de 200 toneladas e pouco pode fazer para transportá-las no tempo estabelecido, porque depende dos navios que vão para as ilhas. “No momento estamos a envidar esforços para fazer chegar duas encomendas a Santiago e São Vicente”, conta.

Isso põe em causa, confessa o mesmo responsável, a boa relação com o cliente, porquanto muitas vezes não há como entregar a encomenda a tempo. “Só para a Praia, estamos com uma encomenda de cerca de 50 toneladas”, prossegue, para em seguida explicar que o drama se torna maior quando a carga é destinada a outras ilhas de acesso mais complicado. “Na semana que vem temos uma encomenda para o Fogo, onde ainda é mais difícil de chegar”, prevê Benvindo Lelis.

Este garante que a capacidade de resposta das Salinas de Pedra de Lume ultrapassa as encomendas, mas que muitas vezes são obrigados a restringir a produção, porque quando há um excedente são obrigados a ficar com o produto retido por falta de transporte.

PATRIMÓNIO HISTÓRICO

A ambição da Turinvest Holding tem, como não podia deixar de ser, um preço e bem redondo: 100 mil contos é o que vai custar o projecto da unidade fabril de Pedra de Lume nos próximos anos, contando com equipamentos para a recolha, ensacamento e pré-tratamento do sal, entre outros.

Só a remodelação do edifício antigo localizado dentro da cratera da Pedra de Lume onde funcionam as salinas deve-

rá custar cerca de 30 mil contos. Obra essa destinada a concentrar toda a produção salineira dentro da zona da salina. “Recuperar aquele edifício custa dinheiro, porque é uma estrutura toda em madeira e há preocupações de ordem ambiental, paisagística, de impacto visual que nós teremos que levar em conta...”, observa.

Humberto Lelis garante, outrossim, que o projecto de Turinvest Holding, proprietária das salinas - aliás, motivo de alguma polémica - está em conformidade com os planos do Estado de elevar as salinas à condição de património mundial, daí o esforço para preservar as suas características originais.

Contudo, o representante das Salinas de Pedra de Lume não avança se a linha teleférica - que até 1985 transportava o sal de dentro da cratera para o edifício do cais dos pescadores onde se tratava o mineral - estará incluída nesse projecto de reestruturação, mas reitera a preocupação de recuperar a estrutura antiga, que existe desde o século 18. Em contrapartida, tendo em conta o valor histórico e o potencial turístico daquele que é, com certeza, o marco paisagístico mais emblemático da ilha do Sal, esse representante dá conta de um projecto para o Museu de Pedra de Lume.

O referido museu irá preservar a história da pequena aldeia que um dia foi a grande propulsora da economia da ilha, graças às Salinas de Pedra de Lume, que chegaram a exportar sal para vários cantos do mundo. Elas chegaram a produzir cerca de cinco ou mais toneladas por ano, até a sua decadência no início do século 20. Não por acaso, a ilha chama-se Sal.

Kaunda Simas

Os responsáveis da Tenda El Shadai estão a procurar acertar as suas contas e caminhar numa política de auto-financiamento com base em projectos geradores de rendimento. É assim que, segundo Honório Fragata, fundador e relações públicas dessa organização, arrancaram recentemente com a exploração de um aviário e introduziram a rega gota-a-gota, dois projectos que trouxeram melhoria à dieta alimentar aos seus internos e lucros para atenuar alguns gastos.



EL-SHADAI

procura auto-financiamento

O aviário está a operar com 750 pintos mas, de acordo com Honório Fragata, dentro de 15 dias duplicará esse número - o aviário tem capacidade para acolher mil e 500 pintos. "Pelas nossas contas, gastaremos perto de cem contos na compra dos pintos. A nossa margem de lucro é de 60 contos, dinheiro que utilizaremos para honrar os compromissos. Para além da parte financeira, ocuparemos dois internos, que já fizeram um estágio na Enavi. Não receberão um salário mas, dos lucros, retiraremos algum dinheiro para cobrir os seus gastos pessoais e melhorarmos a dieta alimentar da tenda", revela.

Já o estrume retirado do aviário vai directamente para as hortas, onde começam a montar o seu projecto de rega gota-a-gota, que foi doado à Tenda pelo Ministério do Ambiente, Agricultura e Pescas. "Construímos um tanque com capacidade para 20 toneladas de água, que estamos a utilizar

para plantar tomate e pimentão. E já fizemos uma colheita de 80 quilos de tomate e 40 quilos de pimentão. Os produtos são vendidos por jovens desempregados, que têm, com isso, um meio de subsistência".

Com o lucro deste projecto paga-se o consumo de água e luz, as deslocações e os medicamentos e ainda enriquece-se a dieta dos internos. Esses dois empreendimentos - aviário e rega gota-a-gota -, mais o projecto de carpintaria, que se encontra suspenso por causa das chuvas, mas que deverá reiniciar no término das azáguas, dão alguma sustentabilidade à Tenda El-Shadai e estão a animar os responsáveis a pensar em passos maiores. "Temos um projecto HIV-Sida que está a ser bem amadurecido porque temos alguns internos infectados. A ideia é fazer um projecto que se centre sobretudo na prevenção e tratamento e apresentá-lo ao Comité de Coordenação da Sida por forma a que possamos ter acesso ao

financiamento ainda no decurso deste ano".

Um optimismo assente em factos concretos e que deixam antever resultados positivos. É o sucesso de um projecto colectivo, porque a vida pessoal de cada um vai melhorando a cada dia que passa. E neste somar e subtrair, a tenda serve de abrigo a sonhos também colectivos de vontades individuais. É o que acontece com um casal livre das drogas que resolveu dar o nó e enfrentar a vida juntos, ali mesmo na El Shadai, que vai ter casamento "na boita d'anu". Em Dezembro, dois jovens da Tenda, que abandonaram as drogas, vão-se aventurar-se numa vida a dois. "Um desses jovens é um electricista que se envolveu com as drogas e perdeu tudo. Na Tenda conheceu esta que agora é a sua noiva e juntos venceram o vício. Agora vão trabalhar como voluntários e servir de exemplo para outros jovens", diz Honório Fragata.

Constância de Pina



Truque da nota preta

Apesar das advertências das autoridades policiais, muitas pessoas ainda se deixam levar pelo truque da nota preta. O episódio mais recente chegou ao conhecimento da Polícia Judiciária na quinta-feira e envolveu um comerciante de São Vicente, que entregou 250 contos a falsários para triplicar. Uma cena que parece de brincadeira mas que, segundo a PJ, ocorre com alguma frequência em São Vicente, Santo Antão e São Nicolau, pelo que aconselha as pessoas a não se deixarem seduzir por propostas "tentadoras" de desconhecidos.

Os nossos irmãos da Costa Ocidental da África são, de acordo com a polícia científica, "especialistas" em convencer as pessoas da sua habilidade em duplicar ou triplicar dinheiro. "Ganham a confiança das suas vítimas, que são pessoas normais, pegam uma determinada quantia em dinheiro e entregam um pacote, recomendando que o mesmo seja aberto dois/três dias depois para que o processo de transformação ocorra sem problemas. E é exactamente aqui que mora o perigo porque é o tempo que precisam para desaparecer sem deixar rastros", revela o Inspector Rui de Pina, lembrando que essas pessoas se apresentam às suas vítimas sempre com nome e residência falsos.

A PJ tem em mãos, neste momento, duas queixas de burla em São Vicente e algumas em São Antão. No caso concreto da ilha das montanhas, sublinha Rui de Pina, os falsários não têm conseguido os seus intentos porque as pessoas muitas vezes desistem antes de entregar o dinheiro. Já em São Vicente, as vítimas se deixam levar por demonstrações primárias onde as notas são previamente manipuladas e, mediante a colocação de reagentes, retomam as suas cores, o que persuade até os menos crédulos da sua destreza.

"Recebemos uma queixa na quinta-feira, de um indivíduo que foi contactado para fazer negócio. Entregou 250 contos, recebeu o seu pacote e ficou à espera. Quando abriu o embrulho encontrou apenas papel e percebeu que foi burlado", exemplifica Pina, para quem é difícil para a polícia recuperar o dinheiro, salvo se a vítima abrir o pacote antes do prazo fixado, aperceber-se do golpe e acionar de imediato as autoridades.

CP

AGRESSÃO SEXUAL

Um pai foi parar à cadeia de Ribeirinha acusado de agressão sexual contra uma rapariga de 14 anos de idade. Pelos vistos, o agressor nunca conseguiu consumar a cópula com a própria filha, mas tentou por vezes consecutivas a penetração. Nalgumas situações chegou mesmo a ejacular, segundo informações reveladas pela vítima às autoridades policiais.

Para conseguir os seus intentos, o homem costumava

ameaçar a menor, que vivia com ele na zona de Madeiralzinho. Cansada de ser explorada sexualmente pelo próprio pai, a moça contou o caso a uma tia que contactou a Polícia Judiciária. O suspeito foi detido e presente ao Tribunal de São Vicente, que legalizou a prisão. É muito provável que a moça esteja agora sob a protecção da tia, pois a mãe é emigrante.

Mindelo nas mãos de assaltantes

Os furtos regressaram em força à cidade do Mindelo, onde o número de queixas dirigidas à Polícia Judiciária pelas vítimas indicia uma intensificação dos actos criminosos, cometidos especialmente pelos assaltantes. Os crimes, segundo a PJ, têm ocorrido com maior frequência na zona central da cidade, núcleo onde estão situadas as casas comerciais, mas os gatunos não têm poupado as residências e os automóveis.

A Judiciária afirma ter interceptado alguns suspeitos e recuperado determinados objectos, mas adverte que há assaltos provocados pela negligência das próprias vítimas. "Voltamos a apelar as pessoas para que tomem mais cautela com as casas, não deixem as portas e janelas abertas e que nunca deixem objectos de valor à vista nos automó-

veis", diz o inspector Natal Prado.

A ousadia dos delinquentes tem estado a aumentar, como comprova um caso em que os assaltantes furaram as paredes de um consultório médico para poderem ter acesso ao interior de um estabelecimento comercial. Os autores do crime conseguiram abrir uma brecha com meio metro de diâmetro mas, segundo Carlos Araújo, encontraram alguma barreira que lhes impediu a entrada no espaço comercial "ou então algo aconteceu que os levou a fugir e a deixar uma extensão eléctrica no local".

Nos últimos tempos, Araújo e a esposa, a médica Filomena Rodrigues, já foram vítimas de vários assaltos, ocorridos na residência do casal, no consultório médico e no centro

comercial Furnalha, situado na Avenida 5 de Julho. Esta onda de furtos deixou no caso dos casal um "forte sentimento de insegurança e a impressão de que a justiça não pune convenientemente a criminalidade".

"Temos pouco policiamento nas ruas. As Polícias precisam de mais meios e agentes mas também é um facto que, muitas vezes, os tribunais acabam por deixar os criminosos soltos, quando estes são presentes aos juizes", afirma Araújo, cuja residência já foi invadida por diversas vezes, mesmo estando ele em casa. Numa dessas ocasiões, os assaltantes levaram vários objectos, uma tigela de cachupa guisada e um par de sapatos. Mas tiveram a gentileza de deixar-lhe as meias junto à porta de entrada.

KzB